



Gabinete do Vereador Rodrigo José Correia - Podemos

Excelentíssimo Senhor MOACIR GREGOLIN Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco – Paraná. PROTOCOLO GERAL 1513/2020
Data: 08/06/2020 - Horário: 16:02
Legislativo - PLO 106/2020

Os vereadores Rodrigo José Correia - Podemos e Claudemir Zanco - PL no uso de suas prerrogativas legais e regimentais submetem à apreciação da Câmara Municipal de Pato Branco o seguinte Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 106/2020

Altera dispositivos da Lei nº 5.345, de 22 de maio de 2019, que autoriza o Poder Executivo conceder Benefício de Aluguel Social para famílias de baixa renda em situação de desalojamento.

Art. 1º O inciso II do art. 11 da Lei nº 5.345, de 22 de maio de 2019 passa a vigorar com a seguinte redação:

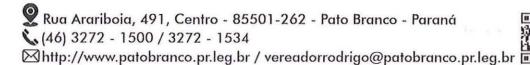
'Art.	11	 	
۱		 	 •

II - ser possuidor de imóvel a título de propriedade ou de posse."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pato Branco, 08 de junho de 2020.

Rodrigo José Correia Vereador – Podemos Claudemir Zanco Vereador - PL







CÂMARA MUNICIPAL DE



JUSTIFICATIVA

A presente demanda tem por objetivo ajustar a Lei nº 5.345, de 22 de maio de 2019, visando atender as famílias que estejam em situação de desalojamento.

Ressaltamos que em uma situação recente em nosso Município em que uma família locatária de um imóvel residencial perdeu tudo em um incêndio, entretanto, não houve a concessão do auxílio do aluguel social justamente pelo fato de não serem proprietários do referido imóvel.

Enfrentar uma situação de desalojamento é com certeza uma das piores fases que uma família pode enfrentar, pois para poder reconstruir a vida é necessário contar com o apoio da sociedade e principalmente com o ente público, o qual por sua vez tem condições de auxiliar estas famílias com o aluguel social.

Convém ressaltar que o beneficio do aluguel social é um importante instrumento para proporcionar às famílias que enfrentam situação de desalojamento o mínimo de conforto e dignidade, para que consigam reconstruir a vida.

Posta assim a questão, é de se dizer que é de suma importância adequarmos a presente Lei, para que em casos de desalojamento de famílias que sejam proprietárias de imóvel em nosso Município, mas que preencham todos os demais requisitos, sejam beneficiadas.

Pato Branco, 8 de junho de 2020.

Rodrigo José Correia

Vereador - Podemos

Claudemir Zance Vereador - PL







Prefeitura Municipal de Pato Branco

ESTADO DO PARANÁ GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 5.345, DE 22 DE MAIO DE 2019.

Autoriza o Poder Executivo a conceder Benefício de Aluguel Social para famílias de baixa renda em situação de desalojamento.

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder o benefício de Aluguel Social às famílias de baixa renda em situação de desalojamento, com a residência em situação de emergência, que coloque em perigo de vida seus habitantes e que se enquadrem nas condições da presente lei.

CAPITULO II DAS DEFINIÇÕES

Art. 2º O Aluguel Social terá caráter excepcional e transitório e não contributivo, destinado ao pagamento de aluguel de imóvel de terceiros, às famílias de baixa renda em situação habitacional de emergência.

Art. 3º Para efeitos desta Lei, entende-se como:

- Situação de emergência habitacional: moradia destruída, total ou parcial, em função de condições climáticas, tais como: deslizamentos, inundações, incêndios, que impeçam o uso seguro da moradia, conforme parecer técnico da Defesa Civil do município;
- Desalojamento: pessoa obrigada a abandonar o local onde reside em caráter emergencial.
- III. Moradia: espaço estruturalmente independente, constituída por um ou mais cômodos interligados entre si, limitado pelas paredes que separam a área interna da área externa, com pelo menos um acesso independente de outras moradias;
- IV. Núcleo Familiar: o conjunto de pessoas ligadas por laço de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência que que residam na mesma unidade familiar;
- V. Renda Familiar: o somatório de todas as receitas pecuniárias dos integrantes da família, incluindo aquelas obtidas por meio dos programas sociais de transferência de renda;
- VI. Moradores Permanentes: pessoas que, mesmo que habitualmente, residem na mesma moradia e que não possuem outra residência, tendo ou não renda, sendo considerados como tal filhos, enteados, pai ou mãe, irmãos solteiros ou separados, parentes e pessoas sem vínculo de parentesco;
- VII. Beneficiário: pessoa física beneficiada pelo Benefício de Aluguel Social.



Prefeitura Municipal de Pato Branc

ESTADO DO PARANÁ GABINETE DO PREFEITO

CAPITULO III DO BENEFÍCIO

Art. 4º O Benefício do Aluguel Social é destinado exclusivamente para o pagamento de locação de imóveis residenciais.

Parágrafo único. O uso do imóvel locado terá a finalidade exclusiva de moradia para o beneficiário e sua família, a não observância, pelos beneficiários, da destinação e finalidade do imóvel poderá ensejar a abertura do processo administrativo competente para obter o ressarcimento aos cofres públicos do valor concedido.

Art. 5º O valor máximo do Benefício do Aluguel Social corresponderá a 60% (sessenta por cento) do salário mínimo nacional vigente e será pago pelo período máximo de 3 (três) meses, podendo ser prorrogado uma única vez, pelo mesmo período.

Parágrafo único. Para promover a prorrogação do benefício deverá ser realizada nova avaliação da situação socioeconômica do grupo familiar, pelo profissional de serviço social do Departamento de Habitação.

Art. 6º O Benefício será concedido em prestações mensais, mediante transferência bancária nominal em nome do proprietário do imóvel, ou empresa responsável por sua locação.

Parágrafo único. A Administração Municipal não será responsável por qualquer ônus financeiro, legal ou material com relação ao locador, em caso de inadimplência ou descumprimento de qualquer cláusula contratual por parte do locatário.

- Art. 7º O beneficiário deverá realizar contrato com o proprietário ou administrador imobiliário de acordo com as normas que regem a lei do inquilinato.
- Art. 8º A Concessão do Aluguel Social fica limitada à quantidade máxima de até 10 (dez) famílias simultaneamente que atendam aos requisitos e condições exigidos nesta Lei, conforme disponibilidade orçamentária e financeira.
- Art. 9º Será dada preferência à concessão do Benefício à família que possuir nesta ordem, as seguintes condições:
 - Pessoas com deficiência, idosos e/ou pessoas com doenças crônicas degenerativas que impossibilitem para o trabalho, mediante apresentação de laudo médico;
 - Gestante, nutriz e/ou presença de criança/adolescente de 0 (zero) a 18 (dezoito) anos incompletos.
- Art. 10. É vedada a concessão do benefício nos casos de ocupação de áreas públicas de qualquer das esferas governamentais ou privadas, inclusive áreas de preservação permanente e domínio público.

CAPITULO IV DOS REQUISITOS



- Art. 11. Para ser beneficiário desta lei o interessado deverá atender os seguintes requisitos:
 - Comprovar residência no município de Pato Branco, Paraná há pelo menos 6 (seis) meses;
 - ser proprietário de 1 (um) imóvel urbano ou rural, devidamente escriturado e registrado em seu nome;
 - possuir cadastro no CadÚnico vinculado ao município de Pato Branco, Paraná.
- Art. 12. No ato do requerimento o requerente deve apresentar, obrigatoriamente:
 - Prova de identificação, através de carteira de identidade, de motorista, ou certidão de nascimento de todos os membros do grupo familiar;
 - II. comprovante de renda, inclusive de seus filhos e dependentes;
 - comprovante de residência há mais de 6 (seis) meses no município;
 e,
 - escritura em seu nome do terreno onde se localiza a unidade residencial.

CAPÍTULO V DAS COMPETÊNCIAS

- Art. 13. Para comprovação de necessidade do benefício a Prefeitura nomeará uma comissão composta por:
 - I. 1 (um) Assistente Social;
 - II. 1 (um) membro da Defesa Civil;
 - (um) membro do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social do Município de Pato Branco.

Parágrafo único. Essa comissão avaliará as condições de habitabilidade do imóvel e a situação socioeconômica do grupo familiar.

- Art. 14. A Secretaria de Assistência Social, através do Departamento de Habitação realizará a concessão do benefício sempre que houver recurso disponível no orçamento, desde que comprovado a inabitabilidade do imóvel e carência socioeconômica que justifiquem o atendimento.
- Art. 15. O Departamento de Habitação, juntamente com as unidades de Assistência Social, farão os encaminhamentos necessários, envolvendo profissionais de outras políticas públicas identificadas na demanda apresentada.

CAPITULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- **Art. 16.** As despesas desta Lei ficam incluídas no orçamento da Secretaria de Assistência Social, no Departamento de Habitação.
 - Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Prefeitura Municipal de Pato Branco

ESTADO DO PARANÁ GABINETE DO PREFEITO

Esta Lei é de autoria dos vereadores Claudemir Zanco – PDT e Rodrigo José Correia – PSC.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, em 22 de maio de 2019.

Augustinho Zucchi Prefeito





PROCURADORIA JURÍDICA

Recebi nesta data, na condição de **PROCURADOR JURÍDICO**, abaixo assinado, conforme estabelece o § 1º do artigo 133-A do Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal, o **Projeto de Lei nº** 106/2020

Pato Branco, 10/06/2020









Gabinete do Vereador Rodrigo José Correia - Podemos

Excelentíssimo Senhor **MOACIR GREGOLIN** Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco – Paraná.

CERTIDÃO

Certificamos para os devidos fins que no uso das prerrogativas legais e regimentais submetemos à apreciação da Câmara Municipal de Pato Branco o Projeto de Lei 106/2020, que altera dispositivos da Lei nº 5.345, de 22 de maio de 2019, que autoriza o Poder Executivo conceder Benefício de Aluguel Social para famílias de baixa renda em situação de desalojamento, ressaltamos que a intenção é alteração única e exclusivamente ao inciso II do art. 11 da Lei nº 5.345, de 22 de maio de 2019, prevalecendo a redação dada aos demais dispositivos da presente Lei.

Pato Branco, 3 de agosto de 2020.

Vereador - Podemos

Claudemir Zand Vereador







Câmara Municipal de Pato Branco

Sede Administrativa: Carlos Almeida

Projeto de Lei nº 106/2020

Autoria: Claudemir Zanco (PL) e Rodrigo José Correia (Podemos)

PARECER JURÍDICO

Os vereadores Claudemir Zanco (PL) e Rodrigo José Correia (Podemos) propuseram o projeto de lei em epígrafe numerado, que tem por objetivo alterar dispositivo da Lei nº 5.345, de 22.5.2019, que *autoriza o Poder Executivo a conceder Benefício de Aluguel Social para famílias de baixa renda em situação de desajolamento*.

Nas justificativas, basicamente, aduzem que a alteração legislativa busca ampliar os casos de cobertura do benefício para os casos de desalojamento.

De antemão esclarecemos que a análise jurídica mais detalhada da matéria se deu no bojo do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 125/2018, que resultou na edição da Lei nº 5.345/2019 que ora se pretende alterar.

Deste modo, não seremos exaustivos ao reanalisar a matéria com os detalhes contidos naquela proposição, reservando-se no direito de ratificar os argumentos expendidos no bojo do respectivo parecer jurídico, até porque a discussão foi recente.

A alteração legislativa em tela visa apenas e tão-somente abarcar situações não prevista na legislação primitiva, na medida em que se utiliza a expressão "possuidor de imóvel", ao passo que a redação atual prevê que o beneficiário seja "proprietário" do imóvel atingido para que possa ser contemplado pelo benefício eventual.

Tratando-se dos dois institutos do direito das coisas, o Código Civil Brasileiro prevê em seus arts. 1.196 e 1.228:

Art. 1.196. Considera-se possuidor todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade.

[...]

Art. 1.228. O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha.

Por exemplo, um locatário é possuidor do imóvel e não proprietário. Destarte, nada mais pertinente que para os casos previstos na Lei nº 5.345/2019 haja a

Rua Araribóia, 491 - Caixa Postal, 111 – 85505-030 – Pato Branco - PR Telefax: (46) 3224-2243 - www. camarapatobranco.com,br



previsão de que se o beneficiário seja possuidor (e não proprietário) do imóvel atingido e fique em situação de desalojamento, seja este contemplado pelo benefício eventual.

Outrossim, sob o aspecto da boa técnica legislativa, conforme se vê da fl. 8, tem-se que a intenção dos proponentes é somente a alteração do inciso II, do art. 11, permanecendo incólumes, assim, a cabeça do artigo e os incisos I e III.

Desta feita, sem delongas, é o parecer favorável à normal tramitação da matéria e sua aprovação.

Pato Branco, 3 de agosto de 2020.

Luciano Beltrame Procurador Legislativo José Renato Monteiro do Rosário
Assessor Jurídico





COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Recebi nesta data, na condição de Presidente da COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO, abaixo assinado, conforme estabelece o artigo 133-A, do Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal, o Projeto de Lei nº 106/2020.

Pato Branco, 5 de agosto de 2020.

Fabricio Preis de Mello - PSD

Presidente

Relator: Marines Boff Guhandt

Data: 05/08/2020











COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 106/2020

Autor: Claudemir Zanco - PL e Rodrigo José Correia- Podemos

Relator: Marines Boff Gerhardt - PSDB

Súmula: Altera o dispositivo da Lei nº 5.345, de 22 de maio de 2019, que autoriza o Poder executivo conceder Benefício de Aluguel Social para famílias de baixa renda em situação de desalojamento.

RELATORIO

O projeto acima citado tem o objetivo de altera o dispositivo da Lei nº 5.345, de 22 de maio de 2019, que autoriza o Poder executivo conceder Benefício de Aluguel Social para famílias de baixa renda em situação de desalojamento.

ANÁLISE

A presente proposta contida neste projeto visa ajustar o art. 11 da lei que autoriza o executivo a conceder aluguel social para famílias de baixa renda em situação de desalojamento, visto que na lei não era previsto o beneficiário ser possuidor de imóvel a título de posse, somente a título de propriedade.

Como muito bem descrito na justificativa deste projeto, recentemente em nosso Município tivemos o caso de uma família locatária de imóvel residencial que perdeu tudo em um incêndio, entretanto esta família não pode ser beneficiada justamente pelo fato de não serem proprietários do referido imóvel.

Este projeto recebeu parecer favorável do departamento jurídico desta casa o qual destacou que a única alteração foi no inciso II do art. 11, permanecendo incólumes, assim, a cabeça do artigo e os incisos I e III.











VOTO DO RELATOR

Após análise do projeto de Lei, optamos por exarar <u>PARECER FAVORÁVEL</u>, à sua tramitação por esta Casa de Leis.

É o nosso parecer, SMJ.

Pato Branco, 06 de agosto de 2020.

Amiltom Maranoski - PL Membro Fabricio Preis de Mello - PSD Presidente

Joecir Bernardi - PSD

Membro

Marines Boff Gerhardt- PSDB Membro- Relatora

Rodrigo José Correia - PODEMOS Membro







COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

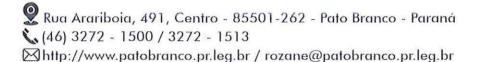
Pato Branco, 12/08/2020

Ronalce Moacir Dalchiavan - PSD

Presidente

Relator: Kiemeler Meacir Dalchiavan

Data: 1210 x 12020









GABINETE DO VEREADOR RONALCE MOACIR DALCHIAVAN - PSD

Câmara Municipal de Pato Branco

PROTOCOLO GERAL 2635/2020 Data: 19/08/2020 - Horário: 16:51 Legislativo - PCPP 36/2020

PARECER DA COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Matéria: Projeto de Lei Ordinária nº 106, de 8 de junho de 2020

Autoria: vereadores Claudemir Zanco (PL) e Rodrigo José Correia (Podemos)

Súmula: Altera dispositivos da Lei nº 5.345, de 22 de maio de 2019, que autoriza o Poder Executivo conceder Benefício de Aluguel Social para famílias de baixa renda em situação

de desalojamento

Relatório e análise

O projeto de lei em análise, proposto pelos vereadores Claudemir Zanco e Rodrigo José Correia, tem como objetivo alterar o art. 11, da Lei nº 5.345/2019, a qual autoriza o Poder Executivo conceder Benefício de Aluguel Social para famílias de baixa renda em situação de desalojamento.

Em sua justificativa, alegam os proponentes que a alteração se faz necessária, visando permitir que o benefício do aluguel social seja concedido também às famílias que não possuem imóvel próprio. Segundo os proponentes, recentemente uma família locatária de um imóvel residencial perdeu tudo em um incêndio, entretanto, não houve a concessão do auxílio do aluguel social justamente pelo fato de não serem proprietários do referido imóvel.

Após análise do projeto em tela, é possível afirmar que a matéria é com certeza de interesse público, uma vez que visa abranger ainda mais a concessão do benefício do aluguel social, previsto na Lei Municipal nº 5.345/2019, atendendo agora também as famílias que forem locatárias dos imóveis.

Por isso, no que diz respeito às atribuições desta Comissão, previstas no Regimento Interno desta Casa de Leis, entendemos que o projeto apresenta conteúdo pertinente e oportuno.

Voto

Sendo assim, diante do exposto e atendendo ao que preceitua ao art. 64 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Pato Branco, concluímos por emitir <u>PARECER</u> FAVORÁVEL à tramitação do projeto.

Pato Branco, 12 de agosto de 2020.

Ronalce Moacir Dalchiavan – PSD Presidente – Relator

Fabricio Preis de Mello - PSD

Membro

Claudemir Zanco - Pl

Membro

Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná (46) 3272 - 1500 / 3272 - 1526

☑http://www.patobranco.pr.leg.br / vereadormoacirdalchiavan@patobranco.pr.leg.br





COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Recebi nesta data, na condição de Presidente da COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO, abaixo assinado, conforme estabelece o artigo 133-A, do Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal, o Projeto de 😢 106/2020

Pato Branco, 20/03/2020

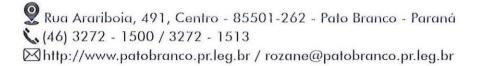
Carlinho Antonio Polazzo - DEM

Presidente

Relator:

Data:

21/08/2026









ATA Nº 15/2020 REUNIÃO DA COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Aos 19 dias do mês de agosto de 2020, às 16h00, no Plenário da Câmara Municipal de Pato Branco, reuniram-se os vereadores membros da Comissão de Políticas Públicas Claudemir Zanco - PL, Fabrício Preis de Mello - PSD e Ronalce Moacir Dalchiavan - PSD (Presidente) e os assessores parlamentares Andrea Barão, Leandro Lamp e Aline Barão, para deliberarem sobre os projetos de competência desta Comissão e que estão sob a relatoria destes vereadores. O Presidente solicitou à assessora Aline Barão para secretariar a reunião e lavrar a presente ata. Na sequência, o Presidente cumprimentou a todos e deu início aos trabalhos. Após amplo debate, os vereadores concordaram, por unanimidade, em emitir PARECER FAVORÁVEL à tramitação dos seguintes projetos de lei/resolução: PLO nº 13/2020, que institui a Semana Municipal do Rock no Município de Pato Branco; PLO nº 18/2020, que cria o Projeto "Educando para o Futuro" no Município de Pato Branco; PLO nº 24/2020, que aprova o Plano Municipal da Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa; PR nº 1/2020, que institui o Prêmio Zilda Arns pela defesa e promoção dos direitos da criança e do adolescente; PLO nº 186/2019, que dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão do tema "Educação no combate às drogas" no conteúdo transversal nas escolas da rede municipal de ensiño no Município de Pato Branco; PLO nº 106/2020, que altera dispositivos da Lei nº 5.345, de 22 de maio de 2019, que autoriza o Poder Executivo conceder Benefício de Aluguel Social para famílias de baixa renda em situação de desalojamento; PR nº 6/2019, que acresce alínea ao inciso II do art. 1º da Resolução nº 8, de 10 de novembro de 2011, que disciplinou as nomeações para Cargos em Comissão no âmbito do Poder Legislativo Municipal; e PLO nº 9/2019, que institui o Programa Municipal de Orientação e Prevenção de Acidentes Domésticos e a Semana de Conscientização sobre Acidentes Domésticos com crianças no Município de Pato Branco. Ainda, os vereadores debateram novamente o PLO nº 180/2019, onde a Procuradoria Jurídica sugeriu que fosse realizada uma reunião entre o proponente da matéria e o Secretário Municipal de Meio Ambiente, a fim de verificar a aplicabilidade do projeto. Dessa forma, os membros da Comissão optaram por agendar esta reunião com o Secretário e o proponente para tratar sobre o referido projeto de Lei, no próximo dia 26 de agosto, para posteriormente o relator, vereador Ronalce, emitir seu parecer. Nada mais havendo a ser tratado, lavramos a presente ata que após lida e\ aprovada, será assinada pelos de competência.

Pato Branco, 19 de agosto de 2020.

Ronalce Moacir Palchiavan – PSD

Presidente

Fabrício Preis de Mello – PSD

Membro

Claudemir Zanco - PL Membro

Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná

(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1526

☑http://www.patobranco.pr.leg.br / vereadormoacirdalchiavan@patobranco.pr.leg.br







COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 106/2020

Autores: Rodrigo José Correia (Podemos) e Claudemir Zanco (PL)

Relator: Carlinho Antonio Polazzo - DEM

Súmula: Altera dispositivos da Lei nº 5.345, de 22 de maio de 2019, que autoriza o Poder Executivo conceder Benefício de Aluguel Social para famílias

de baixa renda em situação de desalojamento.

RELATÓRIO

Por meio do projeto em análise, os vereadores proponentes buscam a alteração de dispositivos da Lei nº 5.345, de 22 de maio de 2019, que autoriza o Poder Executivo conceder Benefício de Aluguel Social para famílias de baixa renda em situação de desalojamento.

Pelo projeto, os parlamentares recordam que recentemente em nosso Município uma família perdeu a casa em razão de um incêndio e não pôde receber o auxílio do aluguel em razão de não serem proprietários do referido imóvel.

Destaca-se que o referido benefício é uma importante ferramenta que visa proporcionar às famílias que enfrentam diariamente a situação de desalojamento, um pouco de conforto e dignidade para que possam reconstruir suas vidas.

Assim, torna-se fundamental a adequação da lei para que as famílias que passem por situações de desalojamento, sendo proprietárias do imóvel, tenham acesso ao auxílio emergencial, desde que preencham os requisitos necessários.

ANÁLISE

Analisando o projeto em epígrafe, onde mostra-se evidente o seu benefício, o acesso ao Aluguel Social constitui-se um manifestação da dimensão positiva do direito









à moradia e ao princípio da dignidade da pessoa humana, atendendo assim as necessidades advindas daqueles que passam por situação de vulnerabilidade temporária.

VOTO DO RELATOR

Considerando a análise anteriormente exposta, entendemos que não existem óbices a sua tramitação e aprovação. Assim, opto por exarar **PARECER FAVORÁVEL** a regular tramitação e aprovação da presente matéria.

É o parecer, SMJ.

Pato Branco, 27 de agosto de 2020.

Carlinho Antonio Polazzo - DEM

Presidente/Relator

Vilmar maccari - Podemos

Membro

José Gilson Feitosa - PT

Membro

Legislativo aprova 33 projetos e emendas, em primeira e segunda votação



Assessoria

A sessão dessa segunda--feira (21), da Câmara Municipal de Pato Branco, contou com um número expressivo de projetos e emendas, aprovados em primeira e segunda votação. Ao todo, o Legislativo votou em 33 matérias da ordem do dia, com variadas temáticas, entre elas, aprovação de moção de aplauso, denominação de rua e de Centro Municipal de Educação Infantil (Cmei), criação de conselho, crédito especial e alteração de leis aprovadas anteriormente.

Entre os projetos apro-vados está o Projeto de Lei Complementar nº 7, de 2020, de autoria do Executivo, que altera a Lei Complementar Municipal nº 01, de 17 de dezembro de 1998, que institui o Código Tributário Municipal. A aprovação do Projeto, realizada em votação única, aprovou que o reajuste da Unidade Fiscal do Município (UFM), que acontece anualmente, com base na média dos índices: Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA/ IBGE), Índice de Preços ao Consumidor (IPC/IPARDES) e Índice de Preços ao Consumidor Disponibilidade Interna (IPC/Dl-FG), seja feito, a partir de 2021, somente com a média de valores do IPCA/IBGE e IPC/DI-FG, tendo em vista que o IPC/IPAR-DES foi descontinuado. Atualmente, a UFM está em RS

Associações esportivas

Pelo Projeto de Lei nº 202, de 2018, em conjunto com as Emendas nº 69, nº 94, nº 70, nº 71, foi aprovado, em primeira votação, a concessão de auxílio financeiro para associações esportivas que representem o Município de Pato Branco, em competições regionais, estaduais, nacionais e internacionais.

Setor industrial

Foi aprovado, em primeira votação, o Projeto de Lei nº 23, de 2020, de autoria do Executivo, juntamente, com as Emendas nº 22 e nº 23, criando o Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico (FUMDE), com o objetivo de garantir condições financeiras para custeio e investimentos em áreas industriais, planejamento e gestão dos barrações industriais e demais atividades, referentes ao Desenvolvimento Econômico do



Município de Pato Branco.

Idosos e Cmei

De autoria do Executivo, também foi aprovado, em primeira votação, o Pro-jeto de Lei nº 24, que aprova o Plano Municipal de Es-tratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa (EBAPI), que, de acordo com o Projeto, tem como objetivo o protagonismo da pessoa idosa, o foco na população idosa, prioritariamente, os inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), a orientação por políticas públicas destinadas ao envelhecimento populacional e a efetivação da Política Nacional da Pessoa Idosa, bem como, o fortalecimento dos serviços públicos destinados à pessoa idosa, pautados na intersetorialidade e a interinstitucionalidade, no âmbito das políticas de assistência social, de saúde, de desenvolvimento urbano, de direitos humanos, de educação e de comunicação, embasados nas dimensões propela Organização

Mundial da Saúde (OMS) e adaptadas para a EBAPI.

Pelo Projeto de Lei nº 81, de 2020, foi aprovado, em primeira votação, o projeto que denomina o Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI), do bairro São Fran-cisco, de Professor Nestor Ostapiv*. De acordo com projeto, "o objetivo é homenagear o pioneiro professor Nestor Ostapiv que, ao chegar em Pato Branco, em 1971, foi o primeiro professor graduado e concursado pelo Estado do Paraná. Ao longo da sua vida, atuou, também, como Diretor no Colégio Estadual Professor Agostinho Pereira, por duas gestões, e auxiliou na fundação da primeira faculdade de Pato Branco, a FACICON, poste-rior FUNESP, mais tarde CE-FET e, atualmente, UTFPR."

Brook ambiental

Foi aprovado, em pri-meira votação, o Projeto de Lei nº 84, de 2020, de autoria do Executivo, que altera a Lei nº 5.509, de 12 de maio de 2020, que instituiu o Projeto Brook Ambien

tal e Social". Pela projeto, recomenda-se que resíduos da poda, por apresentar grandes volumes, não seacondicionados em brooks, pela capacidade reduzida deles. Quanto ao que se refere a outros resíduos, cabe ressaltar que é prudente classificá-los e especificálos, pois, resíduos oriundos de outras comunidades geradoras, como ferro-velho, sucatas de fibra de vidro, peças automotivas, resíduos industriais, bem como, aqueles equiparados com

cheia' Classe 1 - perigosos (NBR 10.004:2004), não poderão ser recolhidos e destinados no Aterro Sanitário do Município, pois o mesmo não possui licenciamento no IAT para essa finalidade. Cabe ressaltar que deve ser dada prioridade àqueles residuos com potencial de acumular água e de proliferação de vetores de doenças, poden-do comprometer e oferecer riscos a saúde pública.

Com

marcadas,

semana

Câmara terá

Aluquel social

Pelo Projeto de Lei nº

106, de 2020, foi aprovado, em primeira votação, a alteração da Lei nº 5.345, de 22 de maio de 2019, que autoriza o Poder Executivo conceder Benefício de Aluguel Social, para famílias de baixa renda em situação de desalojamento. Pelo projeto, a Lei passa a vigorar com a seguinte redação, em seu Art. 11°, Inciso II: ser possuidor de imóvel a título de propriedade ou de posse'.

Doação de sangue

Aprovado, em primeira votação o Projeto de Lei nº 118, de 2020, juntamente, com as Emendas nº 85, nº 86 e nº 87, criando o Programa de Incentivo à Doação de Sangue, entre os servidores municipais. Pelo projeto, o Município promoverá campanhas de estímulo à doação de sangue, no âmbito de suas secretarias, autarquias e fundações, sendo que, o servidor público municipal poderá ausentar-se do serviço por um (01), dia para a doação de sangue voluntária, em banco público de sangue ou em instituição pública de saúde.









PROJETO DE LEI Nº 106/2020

Altera dispositivo da Lei nº 5.345, de 22 de maio de 2019, que autorizou o Poder Executivo conceder Benefício de Aluguel Social para famílias de baixa renda em situação de desalojamento.

Art. 1º O inciso II do art. 11 da Lei nº 5.345, de 22 de maio de 2019, que autorizou o Poder Executivo conceder Benefício de Aluguel Social para famílias de baixa renda em situação de desalojamento, passa a vigorar com a seguinte redação:

"A+ 11

	nt. 11
I	
II	- ser possuidor de imóvel a título de propriedade ou de posse."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esta Lei é de autoria dos Vereadores Claudemir Zanco - PL e Rodrigo José Correia - Podemos.



PUBLICAÇÕES LEGAIS

Run de Par DIÁRIO DO SUDOEST 3 e 4 de outubro de 2020

MUNICIPIO DE PATO ERANCO - ESTADO DO PARANÁ
LEIN 8405, DE 11 DE CUTIVERO DE 2009

Atoma de 11 DE CUTIVERO DE 2009

Especial no servicio de 2002, no velto de 18
600 000 Di generoconte a contra o finas a el di

ACUMO DE QUETTORIO DE CONTRO EN ENCADO DE CONTRO EN ESCUCIO DE CONTRO ESCUCIO DE CONTRO EN ESCUCIO DE CONTRO ESCUCIO D

Programa	Especificação	Valor P3
Programa 0041	Manutanção do Esporte	450,000,00

Especificação Vator RS
Fotom a e Vandanção dos Potos Espertivos 480.000,00 Ação 2.112

ARL P Autor 22 a Electrica Managed and Poles Esportivos

ARL P Autor 22 a Electrica Managed a cut your coal Forts 64 months 8 a bit on Gramesta.

Gend du Vannighis de Pira Brancis. Estado de Parris. Fortifes Esperal por Foresso de Arrendouglis de Forte de Recurso Vocalda de avular de RS 400 000 00 (quartocentina e alterna mil mass) na diasa fosola reconstit proprie mai attaina.

Código	Especificação	Valor R3
16	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
16,52	DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	
27	Desporto e Lazer	
27,812	Desports Comunitário	
Código 18 18,02 27 27,812 2812,0041 2112 4 4 90 51 - 978	Manutanção do Esporte	
2112	Reforma e Manufenção dos Polos Esportivos	
449051-978	Cbras e tratalações	482,000,00

Art, 4º Para cobetura do prosente Crédito Especial será Univerdo os recursos de Este de Amesadação de Familia de Resulha Vincillada, assim específicada

Fonta	Valor R\$
Fonta 978 - Construção Fraça do Baimo Anchieta - Conz. 388-2020 - 66DU	480,000.00
Total	403 503 53

Art. P Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Geometa do Prefeto. 1º de billutos de 2000. AUGUSTOV-10 20/00/E Prefeto.

MUNICIPIO DE PATO BRANCO – ESTADO DO PARANÁ DECRETO Nº 8.774, DE 1º DE CUTURRO DE 2002 PAR CRESTO ES DE COMPANDA DE PARAMENTO DE 2002 AO volo de 7,5 450.000 () quamiciorida e ciliada má manda de de 2004 profesiónesa.

O Prefeta de Pata Branca Estado do Peraná, no uso dos atroxyllos que he são confendas pela art. (f. incua XXXIII de Le Orphinas Municipal e com base na Lei nº 5.505 de 1º de outros de 2005.

DECRETA:
A4 17 First intensity of Programs de Lie nº 50330017 e attemptes protein de processor 20150001 conforme seque

Programa 0041	Especificação Manutenção és Esporto	Valor F\$ 493 000,00
	1º Fica criscia aptio na Lai nº 5.3802019 e aterações puste	
	Especificação 2000, conforme seguir Especificação Reforma a Manutarque dos Protos Esportivos	Valor RS

Art. If First entire from Forte de recurse a both on Organistic General de Ministra First Brance Estado de Farral. O Mode Espacar por Espacar de Farral de Farra

Especificação	Valor R\$
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	
Desports e Lazer	
Desporta Comunitário	
Manutengão do Esporte	
Reforma e Manutenção dos Polos Esportivos	100000000000000000000000000000000000000
Otras e Instalações	480,000.00
	450.000.00
	DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER Desports e Lazer Desports Comunitário

Art. 4º Piera cobertura do presente Crédito Especial será utilizado os recursos de Excesso de Amendação de Fonte de Recurso Vincilada, ásism específicada.

Forts	Valor R\$
Fonta 978 - Construção Fraça do Bairro Anchieta - Conv. 388/0010 - 580U	480,000.00
Tetal	403 000 00

MUNICIPIO DE PATO BRANCO - ESTADO DO PURANA.

LEI Nº 1603, DE 20 DE SETEMBRO DE 2003.

Ana dipostrar de la nº 1509, de 12 de mao.

Ana dipostrar de la nº 1509, de 12 de mao.

Ana dipostrar de final Branco.

Traytor Diposta Polament e Social.

A Câmara Municipal de Pato Branco.

Estado de Patras. Raytor de a se, Prefeto.

Ant V O et 2º de Le nº 1509 de 12 de mao de 2203, panta avigrare com a taquella.

Ant V O et 2º de Le nº 1509 de 12 de mao de 2203, panta avigrare com a taquella.

24.4 2º Para efecto dista se constituense entidos o la o do dominitar, demados de capitas, destidos de materials in notimata, limitar para entidos de materials que protam acumular ágias, projetando estores e domojas.

ALT EF da La Certo en vivjor na dista do sua publicação Gabriela do Profesio, 29 de selembro do 2020.

ASSUSTRIANO SECONO.

MUNICIPIO DE PATO ERANGO - ESTADO DO PARANÁ. LEI VIS 604. CE 30 DE SETEMBRO DE 300. Alexa dispublico de la mili 5445, de 22 de maio de 2019, que autoribra o Picón Elecutro concelor Beneficio de Alogad Social para femilias de taxia enda en salvação de

A Camara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, punte Lei:

A CAMAZ aururopa va revo « nemo».

Sanciono a segúnte tale:

Art. 1º0 inciso 1 do art. 11 de Lai el 5.345, de 22 de maio de 2018, que autoro y o Pode
Executivo conseder Exertico de Aluquel Social para familias de baixa renda em situação de
desalojamento, passa a vigorar com a segúnte redação.

"At 11"

81 - ser possuidor de imbrel a Thule de propiedade eu de posse"

An 2º Esta loi estra sen vigor na data de sua pobleação

Esta loi et de autora des Versalons Claudenia Zaron e Rodrigo José Correia

Gallonde de Proleto. 30 de sentre funda de Saron e Rodrigo José Correia

ACAUTERISTA SOCIET

Proleto.

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO - ESTADO DO PARANÁ LEI W \$602, DE 20 DE SETEMBRO DE 2000 Aprisa o Pinto Municipal de Estratégia Brasil Apris de Paraná, aprisos útoras A Climara Municipal de Pato Branco, Estado de Paraná, aprovo

A Claras Minicipal de Pato Branco, Estado do Paraña, aptovou e eu, Prefeito, sancioro a segúnita Lei:
Art. 1º Fica aprovado o Piaro Minicipal de Estadojo Brasil Arrigo de Pescoa Rosa, do Municipo de Pato Branco, Estado de Paraña, constante do Asero I, com elempo de oum aro a parte de das de aprovação desta Lei, em atendemeito ao Decreto nº 9215, de 3 de abril do 2015, terrogado pelo Decreto nº 9215, de 3 de abril do 2015, terrogado pelo Decreto nº 9216, de 1 de abril do 2015, terrogado pelo Decreto nº

Art. 2' São deráticas do Puno Minicipal da Estraligia Brasil Amigo da Persona Mona, do Minicipio de Para Branco.

I o protagosismo da persona álxos.

I o protagosismo da persona álxos.

Fingurar so de São car a proplica lebra. prior tariamente os inscritos no. Cadanto Único puna Programas Socias do Governo Federal - Cadaltos, de que trata o Decento nº 6 193, de 29 do junho de 2007, podemos la a certado por por política paladera de cadentadas ao envinenteniento populacional e a éxtensigão por política Pacidad de Pessona Billos, de que trata a lasi nº 8 492, de 1964, e o Estándo Mono, instituido pola Latini 1 2741, de 2000.

1. público defendad para para de servicio destandad a para passoa Mona, paradose xa información de parados de serviços de apoliticas propostas pela COS e adoptidada para a Estanteja, sendo elas .

1) Transporte e recibilidade urbana, de parados politicas de apoliticas propostas pela COS e adoptidada para a Estanteja, sendo elas .

2) Perspelho e includida pocial, de parados politicas de apoliticas parados politicas de apoliticas poli

f. Comunicação e informação,
 gl. Construidad de acrandização;
 gl. Construidad de acrandização;
 gl. Construidad de acrandização;
 gl. Eschala Jobel.
 Art. A. Y As midas e estivatições previstas no Anexo I são partes eterprindes deda Liu, as quita develha e excustada na farma de la electrica de prevista de vigência dende Plano.

Quita develha en excustada na farma de la electrica de prevista de vigência dende Plano.

Minicipo de Pais Branos à de responsabilidade des Biorizaras.

I. Secretaria de Anexonabilidade des Biorizaras.

I. Secretaria de Saldes.

II. Secretaria de Carlos I Econoligo e Horização.

V. Secretaria de Carlos I Tecnologo e Horização do Joso, o montramento e exculsação productiva as previser dos compositaments do Comid. Cestor Cadade Anexon do dos de se divulgação dos resultados a compositamenta do Comid. Cestor Cadade Anexon do dos dos estados dos entrados e dos estados dos compositamentos do Comid. Cestor Cadade Anexon dos estados e a provincia dos des estados dos estados e a compositamenta do Comid. Cestor Cadade Anexon dos estados e a provincia dos estados compositados e a mestados estados e a compositados como totas resistados e a pela execucidado e a Sector dos estados dos estados e a compositado dos estados e a compositado dos estados e a compositados e a compositado dos estados e a compositado

Edição de 5 de outubra de 2020

MUNICIPIO DE PATO BRANCO - ESTADO DO PARANÁ
LEI Nº 56/55, DE VIDE OUTURRO DE 2030
Autoriza o Excoutivo Municipal à firmair Termo de
Parisma quate a consciuto Municipal de Pato
Branco pulso a Cocadado Carmadoria de Créatio do
Parismo pulso a Cocadado Carmadoria de Créatio do
Parismo de Cocadado Carmadoria de Créatio do
Parismo de mocrita comente especifica a tablo de
granda de financiamente concedidos por instituições
financiarias, em comentro como a CARAMISCOCESTE.

A Climara Municipal de Pato Branco, Estado de Parismo, spreviou e eu, Prefeito,
sanciono a seguinte Lei:
conselho a como a financiado de Créatio do Sectionario de Parismo, acuato e
conselho com a Sociedado Comendoria de Créatio do Sectionario de Parismo de
CARAMISUDOSESTE, com a finaldade primipula de criar inconsensor facilitadorios reformadorias de indicadadoria, micros e propuentes empresas, instalador co diminis
do termidido do Municipa de Pato Branco.

Art. 2º A Sociedade Garantdora de Créatia da Sudireste do Parana -GARANTISUDOESTE de que trata o art. 1º, deverá ter em seu Estatuta a previsão de um Comanho de Administração.

Partigratio inno O Estatuta Escut de Entodas deverá preven sea adequactoristado financiam. Lem como, em caso de cardos, que a casa patembrio librado está transferida a cida pesida prácea com o mismo objeto social que mismo.

Ant. P Esta se adocta o Estados Minrogal a albora recursos em conta comente especifica. a titudo de giuntas de financiamentos concedidos por instituções financiam, em constitucidos financiamentos concederados por instituções financiamentos constitucidos de constituc

pensión juvilente com a reserve dejeté social de jumbie.

A. P. Esta la nobrata a d'escarcivo Minicipal a docar recursos em conta comente especies. a situal de giranda de financiamente concedidos por institucións francesis, em considera de la Sociatión de Garindosa de Celedro de Sudicidad de Parian III.

AURANTIBLOCESTE Commo depota no capat do artigo, filos será transfando para a GARANTIBLOCESTE aconto que o financiamente a su financiamente de Sudicidad de Parian III.

§ 2º A GARANTIBLOCESTE serves que o financiamente à so Municipa fixa o operacionará por meio de relatino de principação de centra, commendo ficiales se promptes y excellente a su financiamente de contractivos de promocionamente de central de contractivos de central de contractivos de central de

5.2" Agaranas concessos.

do financiamento.

Art. 6" A utilização dos recursos mencionados no artigo anterior dej

existência de termo de parceria, ajuste e convirno firmado entre o Município de Pato Branco e a GARANTISUCOESTE, no qual serbo entobelecidas a forma e as condições de aplicação dispueles

MUNICIPIO DE PATO BRANCO - ESTADO DO PARANA
PORTARIA Mª 651

O Pinfeto de Pato Branco no uso das atribuições que Pelado confuntas pelo Art. 62, incoo 8
's' da Lei Orgânica de Manistigo.

CONSIDERANDO: Memorando 001/2000 - DEFATRAN de 22 de setembro de 2005

ESSANE
At V. Marie membros da Juria Administrativa de Recursos e Inhaples - JARI. nomeda
de potras rocciosos, posando a ficer tempora paíos segundos membros
(-) Jan Congoles da Barieria - Ripi f. 6 6 823 327. A tentra Tutar - Presidente
Dende Perfychosis - Ripi f. 6 843 327. A Membro Sapirita
Indian Baringo Genes - Ripi f. 6 843 737. A Membro Sapirita
Indian Baringo Genes - Ripi f. 6 843 737. A Membro Sapirita
Wagner Godo Numer - Ripi f. 6 843 337. A Membro Sapirita
Indiano Carlos de Ripi - 18 027 6 80 825. A Membro Sapirita
Indiano Carlos de Ripi - 18 027 6 80 825. A Membro Sapirita
At J. Elia Politica en entre en vigor in della della publicação involgatio todas as disposições

tána Cumpos se: Gabriete do Piefeito de Pato Branco em 24 de sefembro de 2020 AUGUST ANO ZUCON Prefeto

6

ALSO DE CHAMMENTO PÚBLIDO

OFFICIAL DE CHAMMENTO PÚBLIDO

OFFICIAL DE CHAMMENTO DE



M.A.CRODEGENERAVA

PCRTARIANY 161/2020 O PREFETTO MUNICIPAL DE CLEVELÀNDIA, no uso de suas kiribulgões legas previstas no est. 43, Ínciso IV de Lei Orgánica Municipal e considerando o Requerimento protocolado sob nº 44/64.

incos IV de las Organica memispas su estado de 1814 a Senidora GSEE RESCOCESER GELIAA, em ESCOLES - Conceder Progressio Salarial Varical de 1814 a Senidora GSEE RESCOCESER GELIAA, em vivtudo de la mesma presencher os requisitas prodatos na Lei Municipal el 1614/20, conscente alterações promodidas pola Lei municipal el 2140/2012 e Lei Complementer el 1012/2014. Act. 21 — Esca Portunia exista em vigor na dista de sua publicação, revogadas as disposições em

editorios. Gabinete do prefeito municipal de clevelándia, estado do paraná em 03 de outubro de

PORTARIA Nº 154/2020

O PREFETO MUNICIPAL DE CLEVELLADIA, no uso de suas acribuições legrá provistas no art. 43, inclus tV de Lei Diglinica Municipal a considerando o Requerimento protocolido sob nº 44062

Product value organica solunicipale dominicancio a segurimiento proteccionado solo el Austr. ESSOLVEI. A 1.19° Conceder Progressão. Solviel Vestical de 119° a Servidica AVOSILOS ASAMTEM REGOL, en vistuade de a emprisa presencier cos regulatos provistos en Lei Municipal el 1814/95°, concente aflerações promovidas pela las invincipal el 1810/0012 e Las Complementar el 031/2018. A 1.2° Esta Portira desta en visión por rea dista de seu policação, recorpolar as de disposições en A 1.2° Esta Portira desta en visión por rea dista de seu policação, recorpolar as de disposições en 1900.

GASINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CIEVELÁNCIA, ESTADO DO PARANÁ EM 01 DE OUTURRO DE

TERMO DE RATIFICAÇÃO DÉ INEXVIDENTIDADE DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITAÇÃO PROCESSO DE REVIGIDADE PER 160000.

Processo Licitativo et 180000, RATIFICA, os termo do set 26, de Lei Federal et 866500, contendo parecer jurídico de Srs. Proba Grapini Guija, assessora Auridica deste Municipio destro función investigata a lactagio nes termos do requir do set 25, de depren tigos invescion electro investigata a lactagio nes termos do requir do set 25, de depren tigos invescion referente a Aquitição de bem invived de propriedade de registro Aprilição de Cal Lita. CIVIJ de 0 et 115617/200001725, para implantação de projeto hibraticonal de mestas popular, autoritada pola de Municipal 2019 de 15 de setambro de 2000. O valor tatal a ser pago e de RS 550000000 (guirhentes de inquente am Esp. Publique-se. Coronel Vivida, 01 de outubro de 2000. Frank Ariel Schavini, Profeto Municipal.

MUNICIPIO DE CORONEL VIVIDA - ESTADO DO PARANA EDITAL DE HABLITAÇÃO

6,08 6,08	Proponenta	Habitado	Ectes Habilitados are relegão ao atentado de expendade Monca
01	A. A. Santis Della Vechia Engenharia + MT	SU	101/02/04/07
- 62	Aqua e Minério Sandageris de Solo Ltda*	SW	54707
63	Engenhana e Topografia Iguaço Ltda - ME	54	01/02/03/04/05/06
- 04	Geomaga Topografia Ltda	SM	01/02/03/04/05/06
05	Gruber & Franca Topporafa & Engenharia Figratal Lhts	SM	01/02/03/04/05/06
04	TMK Appending Eres ME*	SW.	02/04
47	Ventaria Esquadras Medicinis Ltda - ME	154	04/07

Portion is an exploit as the order or as to Common material (1909). [24.67]

The order is an exploit as the order or as to Common material (1909). [25.67]

The order is an exploit as the order or as the order or as the order of the order or as th

MUNICIPIO DE CORONEL VIVIDA – FR

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE INCITAÇÃO Nº 10 2000
Dispenho do Printo Municipal Pricosas Licitatiro «1142000, RATIFICIO, nos termos do art.
26, da Let nº 800090, contando parecer jurídos do 5ra Pricia Gregotin Guja, Assessora
Jurícia, deciento depensalar la Eschapho nos termos do incica Vid, do at. 12, do dejorna dijuniciado, pera a contratação de podutos a serviças por meio de Pacota do Sirviços executados
para Expensa Besaltera do Correios a Telaparia — CORREGOS, insoita no actor

Para Expensa Besaltera do Correios a Telaparia — CORREGOS, insoita no actor

10 2000 De Para Actor de Viglica do marea. Poblique-se

Coronal Vicia, 01 de outubos de 2000 Frank Acid Scharios, Predicas

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

4" TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE

SERVIÇOS N° ISI/2016 (Vioculado a Dispensa por Limite nº 028 2016)

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Renascença

CONTRATADA: Ampernet – Telecomunicações Ltda

PRAZO DE ENECUÇÃO E VIGENCIA: Prortogado por 12 (doze) meses

DATA DE ASSINATURA DO ADITIVO: 02 de outubro de 2020

FORO: Comarca de Marmeleiro, Estado do Paraná

Renascença, 02 de outubro de 2020

Lessir Canan Bortoli

Prefeito Municipal

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº
14/1/200

(Vesculado a locasgobidada e nº 029 2020)

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Renascença

CONTRATADA: L. & A Coestiblois & Serviços Médeos Itala

OBJETO: Credenciamento de empressa para prestação de serviços de plantão
médeo, para atendimento no fundo municipal de saúde neste municipio de

Renascença

Boasco, pas Renascença PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: 12 (doze) meses DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO; 02 de outubro de 2020 FORO: Comurca de Marmeleiro, Estado do Paraná Renascença, 02 de outubro de 2020. Lessir Canan Bortoli Prefeiro Municipal

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

I" TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS N° 133/2019, (Vinculado a Pregão Eletrónico N° 079 2019)

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Renascença
CONTRATADA: AMG Engenharia Eireli
PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: Prorogado por 12 (doze) meses
DATA DE ASSINATURA DO ADITIVO: 02 de outubro de 2020

FORO: Comarça de Marmeleiro, Estado do Paraná
Renascença, 02 de outubro de 2020

Lessir Canan Bortoli

Prefeito Municipal

PASS DE LICITAÇÃO

Winopo as OnOPAZAMONER Modeladas CONOCRETICAS, Estat al SCOCO Data de Licitação Da Có de novembro de 200 as 6800 provis horas Cogias CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIAÇÃO DE CORRESTA PERSONALIZADA PERSONALIZ

CÂMARA MUNICIPAL CE PATO BRANCO - ESTADO DO PARANÁ ATOS DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS PARA SE ADURÉS DE SETEMBRO DE 2009 Conforme instituto pela Lie of 5 017, de 20 de setembro de 2017, em seu art. VI, §VI, a Câmiara Municipal de Figus Branco informa que não bouve pagimento de autos de concessão de diávala na risi de setembro de 2005. Pato Branco 30 de setembro de 2000 - Mosoir Gregolin - Presidente da Câmara Municipal de Pato Bran

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO



SECRETARIA DE GABINETE LEI Nº 5.603, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

Altera dispositivo da Lei nº 5.509, de 12 de maio de 2020, que instituiu no Município de Pato Branco o "Projeto BrookAmbiental e Social".

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 5.509, de 12 de maio de 2020, passa avigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Para efeitos desta lei considera-se entulho, o lixo não domiciliar, derivados de capinas, descarte de materiais de reformas, terras e resíduos de materiais que possam acumular água, projetando vetores e doenças."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 29 de setembro de 2020.

AUGUSTINHO ZUCCHI

Prefeito

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO – ESTADO DO PARANÁ LEI Nº 5.604, DE 30 DE SETEMBRO DE 2020

Altera dispositivo da Lei nº 5.345, de 22 de maio de 2019, que autorizou o Poder Executivo conceder Benefício de Aluguel Social para famílias de baixa renda em situação de desalojamento.

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O inciso II do art. 11 da Lei nº 5.345, de 22 de maio de 2019, que autorizou o Poder Executivo conceder Benefício de Aluguel Social para famílias de baixa renda em situação de desalojamento, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11	
I	
II - ser possuidor de imóvel a título de propriedade ou de po	osse."
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.	
Esta Lei é de autoria dos Vereadores Claudemir Zanco e Re	odrigo José
Correia.	

Gabinete do Prefeito, 30 de setembro de 2020.

AUGUSTINHO ZUCCHI Prefeito

> Publicado por: Ana Cristina Rocha da Silva Piacentini Código Identificador:8E1ABAF7

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 05/10/2020. Edição 2110 A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site: http://www.diariomunicipal.com.br/amp/





PLO 106/2020 - Projeto de Lei Ordinária

Ementa: Altera dispositivo da Lei nº 5345, de 22 de maio de 2019, que autoriza o Poder Executivo conceder Benefício de Aluguel Social para famílias de baixa renda em situação de desalojamento.

(Art. 11... II - ser possuidor de imóvel a título de propriedade ou de posse. Em uma situação em nosso Município em que uma família locatária de um imóvel residencial perdeu tudo em um incêndio, entretanto, não houve a concessão do auxílio do aluguel social justamente pelo fato de não serem proprietários do referido imóvel. Enfrentar uma situação de desalojamento é com certeza uma das piores fases que uma família pode enfrentar, pois para poder reconstruir a vida é necessário contar com o apoio da sociedade e principalmente com o ente público, o qual por sua vez tem condições de auxiliar estas famílias com o aluguel social. Convém ressaltar que o beneficio do aluguel social é um importante instrumento para proporcionar às famílias que enfrentam situação de desalojamento o mínimo de conforto e dignidade, para que consigam reconstruir a vida. Posta assim a questão, é de se dizer que é de suma importância adequarmos a presente Lei, para que em casos de desalojamento de famílias que sejam proprietárias de imóvel em nosso Município, mas que preencham todos os demais requisitos, sejam beneficiadas).

Autor: Claudemir Zanco - PL e Rodrigo José Correia - Podemos

Protocolo: 1513/2020 Data de entrada: 8 de junho de 2020

Leitura em Plenário: 10 de junho de 2020

Encaminhado para Parecer Jurídico em: 10 de junho de 2020

Emitido em: 3 de agosto de 2020

Comissão de Justiça e Redação

Distribuído em: 5 de agosto de 2020 Relatora: Marines Boff Gerhardt - PSDB

Data Anexação do Parecer Favorável: 6 de agosto de 2020

Comissão de Políticas Públicas

Distribuído em: 12 de agosto de 2020 Relator: Ronalce Moacir Dalchiavan - PSD

Data Anexação do Parecer Favorável: 12 de agosto de 2020

Comissão de Orçamento e Finanças

Distribuído em: 21 de agosto de 2020 Relator: Carlinho Antonio Polazzo – DEM

Data Anexação do Parecer Favorável: 4 de setembro de 2020

VOTAÇÃO SIMPLES

PRIMEIRA VOTAÇÃO: 21 de setembro de 2020 – Aprovado com 10 (dez) votos.

Votaram a favor: Amilton Maranoski - PL, Carlinho Antonio Polazzo - DEM, Claudemir Zanco - PL, Fabricio Preis de Mello - PSD, Joecir Bernardi - PSD, José Gilson Feitosa da Silva - PT, Marines Boff Gerhardt - PSDB, Rodrigo José Correia - Podemos, Ronalce Moacir Dalchiavan - PSD e Vilmar Maccari - Podemos.

* O Vereador Amilton Maranoski - PL assumiu (30/10/2019) a vaga do vereador Marco Antonio Augusto Pozza - PSD, em razão da extinção de seu mandato, conforme Ato da Mesa nº 1/2019.

SEGUNDA VOTAÇÃO: 23 de setembro de 2020 - Aprovado com 10 (dez) votos.

Votaram a favor: Amilton Maranoski - PL, Carlinho Antonio Polazzo - DEM, Claudemir Zanco - PL, Fabricio Preis de Mello - PSD, Joecir Bernardi - PSD, José Gilson Feitosa da Silva - PT, Marines Boff Gerhardt - PSDB, Rodrigo José Correia - Podemos, Ronalce Moacir Dalchiavan - PSD e Vilmar Maccari - Podemos.

* O Vereador Amilton Maranoski - PL assumiu (30/10/2019) a vaga do vereador Marco Antonio Augusto Pozza - PSD, em razão da extinção de seu mandato, conforme Ato da Mesa nº 1/2019.

REDAÇÃO FINAL: Ofício nº 628/2020/DL, datado de 24 de setembro de 2020.

SANÇÃO: Lei nº 5604, de 30 de setembro de 2020.

PUBLICAÇÃO: Publicada na página B2 do Jornal Diário do Sudoeste, edição nº 7737, de 3 e 4 de outubro de 2020 e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 5/10/2020. Edição nº 2110.

